

OEA manifesta confiança em instituições brasileiras. Equador questiona

Escrito por Indicado en la materia

Lunes, 29 de Mayo de 2017 12:10 - Actualizado Viernes, 02 de Junio de 2017 12:28

WASHINGTON - A tentativa do Equador de colocar a discussão da turbulência política do Brasil na agenda da Organização dos Estados Americanos (OEA) acabou se transformando nesta quarta-feira, 25, em uma sessão de desagravo ao país, com vários membros da entidade manifestando confiança nas instituições democráticas brasileiras.



O embaixador do Equador na organização, Marco Vinicio Albuja, questionou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e disse que os casos de corrupção protagonizados por empresas brasileiras ameaçam a “segurança regional”. Segundo ele, há investigações em vários países que envolvem ex-presidentes e ex-ministros.

Em resposta, o embaixador brasileiro, José Luiz Machado e Costa, afirmou que não há qualquer ameaça à ordem constitucional no Brasil. “Apesar do momento complexo no plano político interno, prevalece cenário de pleno exercício das liberdades democráticas e de respeito

aos direitos individuais e coletivos.”

O debate ocorreu durante reunião do Conselho Permanente da OEA, convocada para discutir a agenda do encontro sobre a situação da Venezuela que os chanceleres da região terão na próxima semana.

Depois do pronunciamento de Machado e Costa, os representantes do Paraguai, México, Chile, Argentina, Estados Unidos, Canadá, Colômbia e Uruguai rejeitaram a proposta do equatoriano e expressaram confiança na democracia brasileira. “As instituições democráticas do Brasil não estão em perigo”, disse o argentino Juan José Arcuri. O chileno Juan Aníbel Barría ressaltou a “solidez, força e legitimidade” das instituições e disse que há pleno respeito dos princípios da Carta Democrática Interamericana.

Nenhum outro país bolivariano se uniu a Albuja, que ficou isolado. Entre os principais aliados da Venezuela na OEA, o Equador tentou limitar a abrangência da reunião de chanceleres na próxima semana e insinuou que há tratamento diferenciado para o país e o Brasil. “Não pode haver países de primeira e de segunda categoria. Todos somos iguais”, disse Albuja.

OESTADO DE SP